

ANÁLISE DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA (PRP) E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NO CURSO DE MATEMÁTICA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT)/CÁCERES.

Eixo temático: 5 - Políticas de acesso e permanência de estudantes da educação superior na perspectiva inclusiva

Celia Carvalho dos Santos, Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) e Elizeth Gonzaga dos Santos Lima, e-mail: elizeth@unemat.br

Introdução

O Programa Residência Pedagógica (PRP), instituído pela CAPES por meio da Portaria nº 38/2018, representa uma política pública voltada ao aperfeiçoamento da formação inicial docente, ao articular teoria e prática na formação dos licenciandos. Considerando sua relevância para a consolidação da identidade profissional e para a permanência dos estudantes na universidade, este trabalho é um recorte de uma pesquisa de mestrado vinculado ao Programa de Pós Graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e temos como objetivo compreender como o Programa Residência Pedagógica contribui para a permanência dos estudantes bolsistas no curso de Licenciatura em Matemática da UNEMAT, campus “Jane Vanini” em Cáceres-MT.

O PRP busca aprimorar a formação inicial de professores por meio da imersão dos licenciandos no cotidiano da Educação Básica. Na UNEMAT, essa política tem se mostrado relevante não apenas na dimensão formativa, mas também no fortalecimento da permanência estudantil nos cursos de Licenciaturas.

A metodologia fundamenta-se na abordagem qualitativa, de caráter descritiva e exploratória, por meio da pesquisa bibliográfica, documental e, aplicação de um questionário enviado por email com a utilização de recursos remotos (Google Forms) para 08 acadêmicos do curso de Matemática que participaram do Programa de Residência Pedagógica da Unemat no período de 2022 e 2023. Todos os participantes



pertencem ao curso de Licenciatura em Matemática da UNEMAT, apresentando um perfil homogêneo quanto à área de formação, embora com trajetórias distintas no interior do Programa de Residência Pedagógica. O tempo de participação no PRP variou de 6 a 18 meses, evidenciando diferentes níveis de envolvimento com as atividades desenvolvidas.

Formação inicial e permanência estudantil

Com o passar dos anos, os cursos de licenciatura no Brasil começaram a evoluir em paralelo às mudanças políticas educacionais e demandas sociais. Inicialmente, os cursos eram voltados principalmente para a formação técnica e prática, com pouca ênfase na fundamentação teórica. A partir da década de 1990, influenciados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e pelas discussões acadêmicas sobre a qualidade da formação docente, os cursos de licenciatura passaram a enfatizar a integração entre teoria e prática, promovendo uma formação mais crítica e reflexiva (Pimenta e Lima, 2012).

Atualmente, a formação inicial de professores no Brasil é pautada por um conjunto de políticas públicas que buscam assegurar a qualidade do ensino e a preparação adequada dos futuros docentes para enfrentar os desafios da sala de aula. Essas políticas têm evoluído ao longo das últimas décadas, promovendo articulação entre instituições de educação superior, escolas básicas e órgãos governamentais.

Nos cursos de licenciatura, a formação deve promover a articulação entre teoria e prática, favorecendo a reflexão crítica sobre o fazer pedagógico. Segundo Pimenta (1999), a formação inicial precisa proporcionar ao futuro docente uma compreensão ampla do fenômeno educativo, considerando seus aspectos sociais, culturais e políticos, para além de uma visão meramente técnica da profissão.

Gatti (2010) destaca a importância de políticas públicas que valorizem a formação docente desde a graduação, assegurando condições adequadas de ensino,

currículos atualizados e programas de acompanhamento formativo, fatores fundamentais para combater a fragmentação e alinhar o processo formativo às reais demandas da prática docente.

O Programa de Residência Pedagógica (PRP), implementado pela CAPES no âmbito da Política Nacional de Formação de Professores, tem como objetivo "induzir o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura" (Brasil, 2020). Seu marco legal encontra-se na Portaria MEC nº 38/2018, que definiu as bases de sua implantação.

O PRP promove a inserção sistemática dos licenciandos nas escolas, articulando teoria e prática, com acompanhamento de preceptores. Além de seu valor formativo, o programa representa uma política de permanência estudantil, ao oferecer bolsas que reduzem a evasão, especialmente entre estudantes de baixa renda (Capes, 2023). A Residência Pedagógica, têm se mostrado relevantes para a promoção dessa integração.

O PRP, tem papel estratégico na permanência de licenciandos, sobretudo em contextos de vulnerabilidade socioeconômica. As bolsas viabilizam dedicação ao curso e possibilitam vivências práticas qualificadas. Segundo Nóvoa (2009), "não se nasce professor, torna-se professor", e esse processo é intensificado por políticas que inserem os estudantes em situações reais de docência. Assim, programas institucionais configuram-se como políticas não apenas formativas, mas também de permanência, fortalecendo a democratização do acesso e da qualidade na formação docente.

De acordo com Gatti (2010), a expansão das políticas públicas voltadas à formação docente permitiu o desenvolvimento de programas que não apenas ampliaram o ingresso de estudantes nas licenciaturas, mas também criaram condições para sua permanência e conclusão dos cursos.

Resultados e discussão



Os resultados indicam que o PRP exerceu um papel determinante na retenção dos estudantes no curso. A oferta de bolsas de estudo, somada à imersão no cotidiano escolar, proporcionou não apenas suporte financeiro, mas um aumento significativo no engajamento acadêmico. Os alunos sentiram-se mais motivados ao perceberem a aplicabilidade prática dos conceitos teóricos discutidos na universidade.

A avaliação positiva dos licenciandos em relação ao Programa Residência Pedagógica (PRP) expressa a relevância da iniciativa enquanto política pública voltada à formação inicial docente. Segundo Gatti (2020), a satisfação dos participantes constitui um importante indicador da qualidade das experiências formativas, revelando a efetividade de políticas que promovem a inserção prática supervisionada e o fortalecimento dos vínculos entre universidade e escola. Esse reconhecimento reflete a percepção de que o programa contribui não apenas para o desenvolvimento de competências profissionais, mas também para a consolidação da identidade docente em um contexto de aprendizagem colaborativa.

O PRP, assim como o PIBID, tem papel estratégico na permanência de licenciandos, sobretudo em contextos de vulnerabilidade socioeconômica. As bolsas viabilizam dedicação ao curso e possibilitam vivências práticas qualificadas. Assim, programas institucionais configuram-se como políticas não apenas formativas, mas também de permanência, fortalecendo a democratização do acesso e da qualidade na formação docente.

Para fins analíticos, os resultados foram organizados em nove categorias temáticas, elaboradas a partir das respostas dos sujeitos da pesquisa e sustentadas por referenciais teóricos pertinentes, de modo a evidenciar os principais aspectos relacionados às motivações, experiências formativas, desafios institucionais e impactos do Programa Residência Pedagógica na formação inicial e continuada dos professores, bem como na permanência e valorização dos futuros docentes no contexto das licenciaturas da UNEMAT.



A permanência dos licenciandos nas universidades públicas, especialmente em cursos de formação de professores, é outro aspecto favorecido pelo PRP. Para Gatti e Barreto (2019), programas de iniciação à docência e residência pedagógica cumprem papel estratégico no enfrentamento da evasão e na valorização da carreira docente, na medida em que aproximam os estudantes da realidade escolar e os motivam a permanecer e atuar na Educação Básica. Assim, a recomendação do PRP pelos participantes revela o reconhecimento do programa como experiência formativa transformadora, que contribui tanto para a profissionalização docente quanto para o fortalecimento das políticas de formação inicial no país.

Considerações finais

O Programa de Residência Pedagógica (PRP) evidenciou-se como uma política pública relevante para o fortalecimento da formação inicial de professores de Matemática da UNEMAT, ao promover a articulação entre teoria e prática por meio da imersão supervisionada na escola básica. A participação no programa possibilitou aos licenciandos vivências de observação, planejamento e regência, contribuindo para o desenvolvimento de uma postura crítica, reflexiva e investigativa sobre a docência.

Os resultados indicam que a motivação para ingresso no PRP esteve associada à oportunidade de vivenciar a prática docente durante a graduação, ao incentivo financeiro e à influência de pares e professores, e evidenciando a importância de políticas de fomento à formação docente. A atuação dos preceptores e orientadores destacou-se como elemento central no processo formativo, garantindo acompanhamento sistemático e promovendo uma formação colaborativa, que fortaleceu a identidade profissional dos licenciandos.

A articulação entre universidade e escola básica configurou-se como eixo estruturante do programa, favorecendo a compreensão da docência como prática coletiva e contextualizada. Contudo, identificaram-se desafios relacionados à rigidez



organizacional do PRP, que, embora assegure sistematização, pode limitar a autonomia e a inovação pedagógica dos residentes. Além disso, evidenciou-se a necessidade de maior integração entre o currículo da licenciatura e as atividades da residência, bem como da ampliação de ações formativas para os envolvidos no programa.

De modo geral, o PRP contribuiu significativamente para o desenvolvimento de competências pedagógicas e para o fortalecimento da identidade docente, impactando positivamente a permanência dos licenciandos no curso. Ao possibilitar a atribuição de sentido à formação e à profissão, o programa se consolida como estratégia relevante no enfrentamento da evasão e na valorização da docência.

Referências bibliográficas

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

GATTI, Bernardete A. **Formação de professores no Brasil: características e problemas.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355–1379, 2010.

GATTI, Bernardete A. **Formação de professores: condições e problemas atuais**. São Paulo: Cortez, 2014.

NÓVOA, António. **Formação de professores: entre a tradição e a inovação**. Porto: Porto Editora, 2009.

NÓVOA, António. **Professores: imagens do futuro presente**. 2. ed. Lisboa: Educa, 2009.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas curriculares e formação de professores no Brasil: avanços, tensões e retrocessos**. Revista Brasileira de Educação, v. 25, 2020.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas de formação de professores e qualidade social da educação**. Revista Retratos da Escola, v. 14, n. 29, p. 93–110, 2020.

LIBÂNEO, José Carlos**. Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.